

O PROGRAMA ESCOLA EM TEMPO INTEGRAL NO CONTEXTO DO NEOLIBERALISMO

ALISSON CASTRO BATISTA¹; MICHELE JOSIANE RUTZ BUCHWEITZ²; JOÃO CARLOS ROEDEL HIRDES; LUZIA HELENA BRANDT MARTINS⁴; LUIZA DA SILVA TESSMER DUARTE⁵; MAURO AUGUSTO BURKERT DEL PINO⁶

¹Universidade Federal de Pelotas – fisicalissonbatista@gmail.com
²Universidade Federal de Pelotas – michelejrb@gmail.com
³Universidade Federal de Pelotas - joaocrh@gmail.com
⁴Universidade Federal de Pelotas - luziaamartins@gmail.com
⁵Universidade Federal de Pelotas – mauro.pino1@gmail.com

1. INTRODUÇÃO

Este trabalho objetiva apresentar um recorte dos resultados recentes de uma pesquisa que se propõe a analisar o Programa Escola em Tempo Integral, lançado pelo Governo Federal em 2023. O estudo busca compreender e analisar o programa no contexto das políticas educacionais brasileiras e, em especial, frente à ascensão do neoliberalismo. Para tanto, a investigação combina diferentes abordagens metodológicas que convergem para uma compreensão crítica do programa.

A análise parte da historicidade da Educação Integral no Brasil, revisitando experiências como o Programa Mais Educação (2007) e o Novo Mais Educação (2016), iniciativas que, apesar de buscarem ampliar a jornada escolar, evidenciaram as contradições e desafios inerentes ao desenvolvimento de políticas educacionais nesse âmbito. A intensificação da precarização do ensino público, materializada na ausência de infraestrutura, formação e recursos adequados (Santos, 2022), suscita questionamentos sobre a efetividade de tais programas e sobre as complexas relações entre o contexto de influências políticas e econômicas e a realidade educacional da classe trabalhadora.

Nesse cenário, o Plano Nacional de Educação (PNE) 2014-2024 é criado como um marco normativo central, estabelecendo metas ambiciosas para a oferta de educação em tempo integral nas escolas públicas brasileiras (Brasil, 2014). O Programa Escola em Tempo Integral se apresenta como uma resposta a essa demanda, visando ampliar a jornada escolar e, por conseguinte, a qualidade da educação (Brasil, 2023). Contudo, torna-se essencial analisar como esse programa se relaciona com as forças políticas, sociais e econômicas que o influenciam, bem como com os distintos projetos de educação em disputa atualmente no Brasil (Barcelos e Moll, 2023).

2. METODOLOGIA

Para compreender e refletir sobre estas relações, a pesquisa utiliza do Ciclo de Políticas (Mainardes, 2006) como referencial teórico-metodológico, buscando apreender as diferentes fases e contextos em que as políticas são desenvolvidas. Para isso, este estudo se concentra em dois momentos: o contexto da influência e o contexto da produção de texto.

No contexto da influência, a investigação se volta para os atores e forças políticas e econômicas que influenciaram e influenciam o programa, procurando identificar as concepções de educação, trabalho e sociedade que o fundamentam.



Nesse sentido, serão examinados documentos como o PNE 2014-2024, reportagens, notícias, entrevistas e outras fontes de informação que elucidam o processo de formulação e desenvolvimento do programa.

No contexto da produção de texto, a análise se concentra nos documentos oficiais, diretrizes, legislações, seminários e conferências publicados pelo Governo Federal. O objetivo é identificar as estratégias, objetivos, metas e mecanismos de avaliação e monitoramento do programa, revelando como ele se materializa em textos políticos.

A Análise de Conteúdo (Bardin, 1977), enquanto ferramenta metodológica fundamental na pesquisa qualitativa, será empregada para interpretar os documentos e materiais de comunicação, buscando inferências e relações entre os elementos do conteúdo. A partir da pré-análise, exploração do material e tratamento dos resultados, será possível identificar e descrever as concepções de Educação Integral presentes no programa, assim como seus objetivos, estratégias e relações com o contexto educacional brasileiro.

O Materialismo Histórico e Dialético contribui como arcabouço epistemológico, fornecendo categorias analíticas como totalidade, contradição e historicidade (Pires, 1997). Essas categorias permitem uma análise crítica e aprofundada da política educacional, revelando as contradições, conflitos e relações de poder que a constituem.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

O Programa Escola em Tempo Integral, instituído pela Lei nº 14.640/2023, busca fomentar a expansão do tempo de permanência dos estudantes na escola, com o intuito de promover o desenvolvimento integral e a melhoria da qualidade da educação básica (Brasil, 2023). A lei define como "matrículas em tempo integral" aquelas em que o estudante permanece na escola ou em atividades escolares por, no mínimo, 7 horas diárias ou 35 horas semanais, em dois turnos, durante todo o período letivo.

Para alcançar seus objetivos, o programa prevê estratégias de assistência técnica e financeira aos entes federados, com a finalidade de induzir a criação de novas matrículas em tempo integral em todas as etapas da educação básica e em todas as redes de ensino. A assistência técnica abrange ações de aprimoramento da eficiência alocativa das redes, reorientação curricular para a educação integral, diversificação de materiais pedagógicos e criação de indicadores de avaliação contínua.

O fomento financeiro, por sua vez, se dá por meio da transferência de recursos da União para os estados, Distrito Federal e municípios, visando à criação de novas matrículas. O valor do repasse é calculado com base no número de novas matrículas, no valor anual mínimo por aluno da educação básica em tempo integral e em outros parâmetros definidos em atos do Ministro da Educação.

O Programa Escola em Tempo Integral, com sua proposta de ampliação da jornada escolar, se insere em um contexto marcado pela ascensão do ideário neoliberal e seus impactos nas políticas públicas, incluindo a educação. A intensificação das desigualdades sociais, a ênfase na responsabilização



individual e a crescente influência da lógica de mercado sobre as ações do Estado, constituem elementos importantes para a análise crítica desse programa.

Ao traçar o desenvolvimento histórico do Estado liberal ao neoliberal, Leite (2019) demonstra como este último modelo, com sua ênfase no mercado e na responsabilização individual, intensifica as desigualdades sociais. A pesquisadora argumenta que o neoliberalismo, baseado na exaltação das liberdades individuais e na diminuição do papel do Estado, promove uma mudança profunda na relação indivíduo-sociedade. O sujeito, antes amparado por políticas sociais, torna-se o único responsável por seu bem-estar, fomentando a lógica da meritocracia, que mascara as desigualdades e perpetua a exclusão.

Neste sentido, é importante compreender o conceito de "racionalidade neoliberal", que de acordo com Dardot e Laval (2016), trata-se de um fenômeno que permeia todos os aspectos da vida social, moldando comportamentos e relações entre os sujeitos e com a sociedade. A busca por eficiência e sucesso individual intensifica a competição, enquanto a meritocracia justifica as desigualdades e culpabiliza os indivíduos por seus fracassos. Isso ocorre através da transformação do sujeito político em consumidor e, posteriormente, em produtor. Essa mudança, intensificada pela informalização da economia e pelo desmonte de direitos trabalhistas, força o indivíduo a se tornar um "empreendedor de si mesmo", engajado nas exigências do mercado neoliberal.

Neste contexto, a educação é instrumentalizada para formar o "sujeito empresarial", moldado para atender às demandas do mercado (Jeffrey e D'Avila, 2019; Nascimento e Silva, 2020) e o currículo torna-se espaço de disputa entre uma educação integral, que resiste ao neoliberalismo, e uma educação parcial, que serve aos seus objetivos (Moll, 2023).

4. CONCLUSÕES

O Programa Escola em Tempo Integral, embora se apresente como uma iniciativa promissora para a ampliação da jornada escolar e o aprimoramento da qualidade da educação, precisa ser analisado criticamente à luz do contexto sociopolítico e econômico em que se insere. As conclusões da pesquisa até o momento, apontam para a necessidade de se considerar as contradições e desafios inerentes ao desenvolvimento de políticas educacionais nesse âmbito, em especial frente à ascensão do neoliberalismo e da racionalidade gerencial privada.

A análise do programa revela a importância de se promover uma educação integral que não se limite à ampliação do tempo escolar, mas que seja capaz de resistir à instrumentalização do currículo e à formação do "sujeito empresarial", moldado para atender às demandas do mercado.



5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARCELOS, R. G. de; MOLL, J. . Educação Integral e Democracia: contextos, referências e conceitos em um campo em disputas. **Revista da FAEEBA - Educação e Contemporaneidade**, [S. I.], v. 32, n. 70, p. 17–31, 2023.

BARDIN, L. Análise de Conteúdo. Lisboa, Edições 70, 1977.

BRASIL. **Plano Nacional de Educação**. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Brasília, DF: Presidência da República, 2014.

BRASIL. Programa Escola em tempo Integral. Lei nº 14.640, de 31 de julho de 2023. Brasília, DF: Presidência da República, 2023.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal. São Paulo: Boitempo, 2016.

JEFFREY, Debora Cristina; D'AVILA, Carolina Machado. **A governança filantrópica e sua influência na efetividade da política de educação integral em estados brasileiros**. In: 39ª Reunião Nacional da ANPEd, 2019. GT05 - Estado e Política Educacional, Trabalho 5180. Niterói, RJ: Universidade Federal Fluminense, 2019. ISSN 2447-2808.

LEITE, Maria Eduarda Pereira. **Programa de Educação Integral na Paraíba: Uma análise da política educacional sob a égide da racionalidade neoliberal.** 2019. Dissertação (Mestrado em Sociologia) — Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2019.

MAINARDES, Jefferson. Abordagem do ciclo de políticas: uma contribuição para a análise de políticas educacionais. **Educação e Sociedade**, Campinas, vol. 27, n. 94, p. 47-69, jan./abr. 2006.

SANTOS, José Fernandes dos. **Concepção, qualificação e políticas docentes na educação em tempo integral: metanálise qualitativa**. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas e Governo) - Escola de Políticas Públicas e Governo, Fundação Getulio Vargas, Rio de Janeiro, 2022.

PIRES, M. F. C. Education and the historical and dialectical materialism. **Interface** — **Comunicação, Saúde, Educação**, v.1, n.1, 1997.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.